

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS - CEJURPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA –
PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**A PREVENÇÃO E O CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO DAS
ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL**

CHEILA DA SILVA DOS PASSOS CARNEIRO

Itajaí (SC), Julho de 2011

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA –
PPCJ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**A PREVENÇÃO E O CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO DAS
ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL**

CHEILA DA SILVA DOS PASSOS CARNEIRO

Dissertação submetida ao Curso de
Mestrado em Ciência Jurídica da
Universidade do Vale do Itajaí –
UNIVALI, como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em
Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Cesar Luiz Pasold

Itajaí (SC), Julho de 2011

SUMÁRIO

RESUMO	XVI
RESUMEN	XVII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	4
CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO DIREITO AMBIENTAL	4
1.1 DEFINIÇÃO LEGAL DE MEIO AMBIENTE.....	4
1.1.1 Meio ambiente natural	7
1.1.2 Meio ambiente artificial.....	8
1.1.3 Meio ambiente cultural.....	10
1.1.4 Meio ambiente do trabalho.....	10
1.2 DIREITO AMBIENTAL	12
1.2.1 Natureza jurídica e tutela do bem ambiental.....	17
1.3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BÁSICOS DO AMBIENTE SAUDÁVEL..	18
1.3.1 Princípio do Desenvolvimento Sustentável	18
1.3.2 Princípio da Participação.....	21
1.3.3 Princípio usuário-pagador e poluidor-pagador	23
1.3.4 Princípio da precaução	26
1.3.5 Princípio do meio ambiente equilibrado	28
1.3.6 Princípio do direito à sadia qualidade de vida.....	29
1.3.7 Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais	30
1.3.8 Princípio da reparação	31
1.3.9 Princípio da informação.....	33
1.3.10 Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público.....	34
1.4 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	34
CAPÍTULO 2.....	38
AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL	38
2.1 AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL – AIA.....	38
2.1.1 Legislação disciplinadora da Avaliação de Impacto Ambiental – AIA ...	41
2.1.1.1 Resolução CONAMA 001/86	43
2.1.1.2 Resolução CONAMA 006/87	43

2.1.1.3 Resolução CONAMA 009/87	45
2.1.1.4 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	46
2.1.1.5 Decreto 99.274 de 6 de junho de 1990	47
2.1.1.6 Resolução CONAMA 237/97	49
2.2 IMPACTO AMBIENTAL.....	51
2.3 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA.....	54
2.4 RELATÓRIO DE IMPACTO DO MEIO AMBIENTE – RIMA	65
2.5 PUBLICIDADE, PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	68
CAPÍTULO 3.....	76
ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	76
3.1 LICENCIAMENTO AMBIENTAL	76
3.1.1 Etapas do Licenciamento Ambiental.....	82
3.2 LICENÇA AMBIENTAL	85
3.2.1 Utilização dos termos Licença e Autorização.....	86
3.2.2 A Licença Ambiental como Ato Vinculado	89
3.2.3 Tipos de Licenças Ambientais	91
3.3 COMPETÊNCIA LICENCIADORA	99
3.3.1 Responsabilidade dos Funcionários do Órgão Licenciador	106
3.4 REVISÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	107
3.5 NOTÍCIA SOBRE A LEGISLAÇÃO ESPANHOLA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS.....	119

RESUMO

Esta Dissertação tem por objeto a análise da prevenção e do controle de contaminação das atividades ou empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental no Brasil. O seu objetivo é a verificação, no plano legal, da prevenção e do controle de contaminação nas atividades que estejam sujeitas ao Licenciamento Ambiental no Brasil. No Capítulo 1, trata-se da caracterização legal do Meio Ambiente, de sua definição legal, conceituando o Direito Ambiental e mostrando os princípios que o regem. Dedica-se o Capítulo 2 a abordar a Avaliação de Impacto Ambiental, descrevendo o que significa o Impacto Ambiental, explanando o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Expõe-se, ainda, sobre a publicidade, participação pública e a audiência pública, evidenciando o papel que a Sociedade deve exercer na defesa e preservação do Meio Ambiente. No Capítulo 3, aborda-se o Licenciamento Ambiental, demonstrando as etapas que o compõe, narrando sobre Licença Ambiental, expondo os Tipos de Licenças Ambientais e explicando quem possui competência licenciadora. As Considerações Finais trazem em seu bojo as respostas às hipóteses levantadas, relatando a relevância do tema. No que tange à metodologia, o Método utilizado na fase de Investigação foi o Indutivo; na fase de Tratamento dos Dados foram utilizados o Método Cartesiano e o Método Analítico, este último na perspectiva de Norberto Bobbio, e, na publicização do resultado das análises, ou seja, no Relatório da Pesquisa, foi empregada a base indutiva. A presente Dissertação está inserida na Linha de Pesquisa Hermenêutica e Principiologia Constitucional.

Palavras-chave : Meio Ambiente; Direito Ambiental; Licenciamento Ambiental; Licença Ambiental; Avaliação de Impacto Ambiental.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

BRASIL. **Audiências Públicas**. Disponível em <www.mp.go.gov.br/.../duvidas_frequentes_audiencias_publicas.pdf>, acesso em 22 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Cartilha de Licenciamento Ambiental do Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=46&idMenu=1351&idConteudo=2744>> Acesso em 02 de abr. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 45. ed. atual. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 3.942, de 27 de setembro de 2001**. Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=327>> Acesso em 17 de abr. de 2011.

BRASIL. **Decreto n. 88.351, de 1 de junho de 1983**. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Disponível em <<http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/renima/cnia/lema/lematexto/HTM-ANTIGOS/88351-83.HTM>> Acesso em 17 de abr. de 2011.

BRASIL. **Decreto n. 99.274, de 6 de junho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras

providências. **Lex:** Legislação de direito ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Lex:** Legislação de direito ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Lex:** Legislação de direito ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 8 de mar. de 2011.

BRASIL. **Resolução Conama n. 001, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Lex:** Legislação de direito ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Resolução Conama n. 006, de 16 de setembro de 1987.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=57>> Acesso em 15 de abr. de 2011.

BRASIL. **Resolução Conama n. 009, de 3 de dezembro de 1987.** Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=60>> Acesso em 10 de abr. de 2011.

BRASIL. **Resolução Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Lex: Legislação de direito ambiental / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção Saraiva de Legislação).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (orgs). **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Carlos Gomes. **Introdução ao Direito Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2001

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>> Acesso em: 10 de mar. 2011.

CONFERÊNCIA Mundial do Meio Ambiente - Estocolmo. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc>> Acesso em: 10 de mar. 2011.

CONVENÇÃO sobre a Avaliação de Impacto Ambiental Transfronteiriço - Espoo. Disponível em: <<http://www.unece.org/env/eia/bienvenido.html>> Acesso em: 17 de abr. 2011

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ESPANHA. **Ley n. 16, de 1 de julio de 2002.** De Prevención y control integrados de La contaminación. **Lex:** Legislación sobre Medio Ambiente. 16. ed. Cizur Menor (Navarra): Thomson Reuters (Legal) Limited/ Editorial Aranzadi, 2009.

FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: Aspectos Teóricos e Práticos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

GODOY, André Vanoni de. **A eficácia do licenciamento ambiental como instrumento público de gestão do meio ambiente**. Brasília: OAB Editora, 2005.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEUZINGER, Márcia Dieguez; CUREAU, Sandra. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18 ed. rev. at. ampl. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de Derecho Ambiental**. V. I . 1. ed. Madrid: Trivium, 1991.

MARTÍN VALENCIA, Germán. Contenido y alcance de la Autorización Ambiental Integrada. **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental** - Estudios sobre la Ley de Prevención y Control Integrados de la Contaminación. Cizur Menor: Aranzadi, nº 03, p. 15-75, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 36 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. ref., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente:** doutrina, jurisprudência, glossário. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 23 ed. São Paulo: Atlas, 2008

MORAES, Mônica Maria Lauzid de. **Direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho.** São Paulo: LTR, 2002.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado.** 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

NUNES, Cleucio Santos. **Direito tributário e meio ambiente.** São Paulo: Dialética, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. **Introdução à Legislação Ambiental Brasileira e Licenciamento Ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005

PASOLD, Cesar Luiz. **Ensaio sobre a Ética de Norberto Bobbio.** Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática. 12 ed. rev. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PIVA, Rui Carvalho. **Bem Ambiental.** São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 114

RIGOTTO, Raquel Maria; ALIÓ, Maria Angels. Indústria, Ambiente e Saúde: licenciamento ambiental na Europa e no Brasil. **Mercator revista de Geografia da UFC.** Ceará, ano 02, número 04, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/152/125>> . Acesso em 23 abr. 2011.

SEBASTIÃO, Simone Martins. **Tributo Ambiental:** Extrafiscalidade e Função Promocional do Direito. Curitiba: Juruá, 2006.

SÉGUIN, Elida. **Direito ambiental:** nossa casa planetária. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional.** 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAGLIAN, Simonia. Natureza Jurídica do Meio Ambiente. *In*: PEREIRA, Reginaldo; WINCKLER, Silvana (orgs). **Instrumentos de tutela no direito brasileiro.** Chapecó: Argos, 2009.

TRENNEPOHL, Curt e Terence. **Licenciamento Ambiental.** 3 ed. Niterói: Impetus, 2010.

VOCABULÁRIO Básico do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.jureia.com.br/mostramateria.asp?idmateria=103>> Acesso em 15 de abr. 2011.